

Adusp

INFORMATIVO

Nova gestão toma posse e quer entidade “viva e presente”

Tomou posse em 1º/7, no auditório da História (foto), a Diretoria da Adusp eleita em maio para o biênio 2011-2013, que tem à frente a professora Heloísa Daruiz Borsari, do Instituto de Matemática e Estatística, e cujos demais integrantes são os professores César Minto, da Faculdade de Educação, 1º vice-presidente; Elisabetta Santoro, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), 2ª vice-presidente; Carla Carvalho, do Instituto de Ciências Biomédicas, 1ª secretária; Helder Garmes, da FFLCH, 2º secretário; Jessé Rebello de Souza Jr, da Escola Politécnica, 1º tesoureiro; Marcelo Ventura Freire, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2º tesoureiro; Fabiana Cristina Severi, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, diretora regional de Ribeirão Preto; Demóstenes Ferreira da Silva Filho, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, diretor regional de Piracicaba; Sérgio Souto, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, diretor regional de Pirassununga.

O professor João Zanetic, que presidiu a entidade no biênio 2009-2011, fez um balanço dessa gestão, que obteve algumas vitórias importantes, como o acordo celebrado com a Reitoria para pagamento parcial da Ação do Gatilho. Ele apontou as questões que despontaram no período: a ameaça de redução de vagas e fechamento de curso na EACH; o curso pago de graduação oferecido pela Faculdade FIA; a continuação da refor-



Daniel Garcia

ma da carreira docente, cujo teor “exacerba o produtivismo” e é “nefasto para as três universidades”. Zanetic, que foi homenageado com uma longa salva de palmas, destacou também a questão da importância da luta por mais democracia na USP e a realização, em 2009, da Eleição Democrática de Reitor.

Compareceram à cerimônia de posse a professora Virgínia Junqueira, representante da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp); professor Mauro Dias, da Associação dos Docentes do Unicamp (Adunicamp); Neusa Santana, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps); professor Francisco Miraglia, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior-Sindicato Nacional (Andes-SN) e Juliana Borges, do Diretório Central dos Estudantes “Alexandre Vannucchi Leme” (DCE-Livre), bem como os deputados federais Ivan Valente (PSOL-SP) e Newton Lima (PT-SP).

Todos saudaram a nova diretoria da Adusp, e alguns assinalaram a importância da entidade no contexto da luta pela educação pública no país. “É um momento de alegria. A Adunicamp fez questão de estar aqui”, disse o professor Dias. “Foi a partir da Adusp que construímos o Andes”, lembrou Lima. “Precisamos de uma revolução educacional no Brasil”, destacou Valente.

“Tempos duros”

“Entre na USP em 1975, ainda sob a ditadura militar. Meu pai, militante do Partido Comunista Brasileiro, havia sido preso pelo DOI-CODI no início daquele ano. Felizmente, após quase 45 dias, foi solto e pôde responder ao processo em liberdade”, revelou Heloísa no discurso de posse. Ela ingressou no corpo docente em 1980, contratada como auxiliar de ensino. “Logo me associei à Adusp, dando início a uma militância no movimento docente que já dura 31 anos”, declarou.

Segunda mulher a presidir a Adusp (a primeira foi a pro-

fessora Judith Klotzel, do Instituto de Ciências Biomédicas, no biênio 1985-1987), Heloísa advertiu para os desafios do movimento docente, em “tempos muito duros”, marcados por “enorme dose de individualismo e apatia, descrença na luta coletiva, nos sonhos de uma sociedade mais justa e igualitária”. A Universidade, acrescentou, “não poderia ficar imune a esse estado de coisas: temos hoje um cotidiano de trabalho cada vez mais pesado; não ser ‘suficientemente produtivo’ (segundo os critérios das instituições de fomento) vira sinônimo de incompetência; as aulas de graduação tornam-se uma grande carga;

não há tempo para mais nada além de produzir e seguir produzindo e produzindo”.

Nesse cenário, prosseguiu, “as grandes discussões dão lugar à busca de financiamento para projetos de pesquisa; crescem o individualismo e a cobrança; os salários iniciais da carreira docente mostram-se insuficientes, obrigando os jovens colegas a um grande esforço para cumprir as exigências da CERT e buscar ascender rapidamente na carreira”.

Apesar de tais asperezas, Heloísa mantém sua convicção de que “em torno da Adusp, podemos pensar uma Universidade melhor, não só para os que nela estudam e trabalham, mas principalmente para a imensa maioria da população que dela está excluída”. E reiterou seu “compromisso pessoal, que é também de toda a diretoria, de dedicar os próximos dois anos a um esforço no sentido de aproximar a Adusp dos novos docentes, para que nossa entidade siga viva e presente no cotidiano dos colegas” (vide a íntegra do discurso em www.adusp.org.br).

Uma festa no Clube do Professor selou a posse da nova Diretoria.

Leia também sobre a cerimônia de posse dos novos membros do Conselho de Representantes da Adusp na p. 2

Rogério Yamamoto



Novos membros do CR tomam posse em concorrida reunião

Rogério Yamamoto

Tomaram posse na reunião de 17/6 do Conselho de Representantes da Adusp (CR) vinte novos representantes de unidades, eleitos nos dias 25 e 26/5 (foto). O mandato que cumprirão estende-se até 31/5/2013.

São os seguintes os novos membros do CR: **IP:** Maria Luisa Sandoval Schmidt (titular) e Maria Claire Sekkel (suplente); **Cebimar:** Valéria Flora Hadel (t) e Cláudio Gonçalves Tiago (s); **ESALQ:** Paulo Yoshio Kageyama (t) e José Nivaldo Garcia (s); **FZEA:** Andrés Vercik (t) e César Gonçalves de Lima (s); **FOB:** César Antunes de Freitas (t) e Arsenio Sales Peres (s); **FMRP:** Alceu Afonso Jordão Jr (t); **EA-**

CH: Rogério Monteiro de Siqueira (t) e Gladys Beatriz Barreyro (s); **FFLCH:** Rosângela Sarteschi (t) e Valéria de Marcos (s); **FFCLRP:** Teise de Oliveira Garcia (t) e Elisabeth Spinelli de Oliveira (s); **FE:** Kimi Tomizaki (t) e Fabiana Augusta Alves Jardim (s); **FCF:** Anil Kumar Singh (s).

Os novos integrantes do CR juntam-se aos representantes de oito outras unidades, eleitos em 2010, bem como à representante titular da FCF, Nádia A. Chacra. As unidades já representadas são as seguintes: **EERP:** Luiz Jorge Pedrão; **IQ:** Daisy de Brito Rezende; **FORP:** Solange Aparecida Monteiro (t) e Plauto Aranha Watanabe (s);

IO: Sueli Suzana de Godói (t) e Thais Navaja Corbisier (s); **IME:** Pierluigi Benevieri (t) e Osvaldo Rio Branco (s); **ICMC:** Cláudio Martins Mendes (t); **IF:** Líghia B. Horodynski-Matsushigue (t) e Ruy Pepe da Silva (s); **FDRP:** Gustavo Assed Ferreira (t). Os respectivos mandatos encerram-se em 31/5/2012.

O CR discutiu entre outros temas, proposta da diretoria relativa à valorização salarial dos níveis iniciais da carreira e pautou a discussão sobre o Plano Nacional de Educação.

A reunião, que contou também com a presença de vários conselheiros que encerravam seus mandatos e membros da diretoria eleita em



maio, homenageou, com uma salva de palmas, nossa querida companheira Silvia Boldrini, representante do ICB junto ao CR, falecida em 5/6.

A presença de vários representantes de unidades do in-

terior animou os presentes a aprovar a proposta do representante da Faculdade de Odontologia de Bauru, de realizarmos a próxima reunião do Conselho no campus de Ribeirão Preto.

Conselho Federal de Serviço Social lança campanha contra graduação à distância

Reprodução

No dia 29/6 foi apresentada em Brasília, durante o seminário nacional “Em defesa da Educação com Qualidade: a graduação à distância em debate”, a campanha nacional “Educação não é *fast-food*. Diga não para a graduação à distância em Serviço Social”. Seu objetivo é alertar a sociedade para a incompatibilidade entre a graduação em serviço social e o ensino à distância (EaD). A campanha defende a educação pública, presencial, gratuita e de qualidade.

Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pela Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), em parceria com o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN), o seminário contou com mais de 100 representantes dos conselhos regionais (CRESS) e seccionais de serviço social de todo o país.

Participaram das mesas de debate Sâmia R. Ramos, presidenta do CFESS, e Juliana Melim, coordenadora da comissão de formação; a professora Marina Barbosa, presidente

do Andes-SN, e os professores Cláudio Tonegutti e César Minto, diretores; as professoras Claudia M. dos Santos, presidenta da ABEPSS, e Maria H. Elpídio, coordenadora de graduação. Um especial sobre o tema publicado pelo *Informativo Adusp* 304 (“Considerações sobre Ensino à Distância”) foi distribuído a todos os participantes do seminário.



Arte utilizada na campanha

Relatório de tesouraria

Período de março a abril de 2011

Mês	Saldo do Fundo de Reserva ¹	Contribuição líquida dos associados ²	Salários e encargos	Despesas de comunicação	Despesas gerais restantes ³
Março/11	R\$ 1.203.148,40	R\$ 168.469,13	R\$ 90.525,97	R\$ 8.058,29	R\$ 55.879,67
Abril/11	R\$ 1.209.655,27	R\$ 168.898,94	R\$ 110.192,81	R\$ 10.104,41	R\$ 39.802,47
Maior/11	R\$ 1.219.727,34	R\$ 169.022,97	R\$ 120.411,12	R\$ 21.307,10	R\$ 52.284,56

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembleia Geral

2) Descontados os repasses ao Andes-SN

3) Assessoria jurídica, contábil e de imprensa, infra-estrutura, materiais permanentes, campanhas, publicações

Será que a Poli pretende declarar independência?

Diretor diz que verba pública não basta, daí o Endowment...

Coincidência ou não, após a publicação pelo *Informativo Adusp* 327 de matéria sobre o *Endowment* da Escola Politécnica (EEP) a mídia repercutiu o assunto. Os jornais *Valor Econômico* (“Poli cria primeiro fundo de universidade”, 17/6) e *Folha de S. Paulo* (“Poli-USP quer captar verbas para pesquisa nos moldes de Harvard”, 17/6) detalharam o funcionamento pensado para o EEP. Porém, não mencionaram que o Conselho Universitário da USP e a Congregação da Poli não foram consultados sobre sua criação.

Primeira mídia comercial a abordar o assunto, em 9/6, a TV Globo também ignorou a falta de institucionalização do *Endowment* e, ao contrário, transmitiu reportagem totalmente favorável ao fundo no *Jornal Nacional* (JN). “O Estado tem que investir em educação em várias áreas e não dá para pegar e jogar todo o dinheiro em cima das universidades públicas. Então se quisermos ser uma universidade de classe mundial nós vamos ter que buscar recursos externamente”, declarou ao JN o diretor da Poli e (surpresa!) diretor do EEP, professor José Roberto Cardoso.

Curiosamente, quando procurado pelo *Informativo Adusp* para comentar o *Endowment*, em 23/5, Cardoso se referiu ao EEP como “uma iniciativa de alunos e ex-alunos da EPUSP e não da Diretoria da EPUSP”. Atualmente, no entanto, a própria página eletrônica do fundo o anuncia como diretor, cargo que divide com Danielle Gazarini, presidente do Grêmio Politécnico.

Bradesco?

Uma das principais responsáveis pela formulação do

OPINIÃO DA DIRETORIA

Iniciativa é nebulosa e suscita incertezas

À primeira vista pode parecer positiva qualquer iniciativa de angariar mais recursos para a universidade pública brasileira, para a USP ou para qualquer de suas unidades. É assim que muitos receberam as notícias sobre o *Endowment* da Escola Politécnica (EEP). No entanto, em se tratando de uma instituição pública é sempre imprescindível verificar se a origem das fontes de financiamento, a forma da administração dos recursos e as finalidades às quais são destinados correspondem aos propósitos e regramentos da instituição. Afinal e infelizmente, não têm sido poucos os casos onde interesses mercantis travestidos de apoios às nossas universidades serviram para os mais ilegítimos propósitos e ilegalidades, cabalmente noticiados e documentados em publicações como o *Dossiê Fundações* disponível na página eletrônica da Adusp.

A priori nada obsta que recursos privados sejam destinados a uma universidade pública — e existem formas para isso. Nada impede que doações sejam feitas e que a administração central crie regras para a utilização de recursos deste tipo, que poderiam reverter em favor de unidades específicas ou não.

Situação bem diversa é pretender financiar uma instituição pública com recursos privados, como enseja o fundo da EP. Essa obrigação é do Estado e são os impostos cobrados ao setor privado que devem responder por eles. Os percentuais destinados para a educação é que precisam ser aumentados e não temos dúvida da importância do engajamento institucional nessa luta que tem sido sustentada por muitas entidades, entre elas a Adusp.

EEP nada tem a ver com a Poli, e sua existência foi escamoteada por Cardoso e pelo advogado Felipe Sotto-Maior nas declarações que fizeram ao *Informativo Adusp*. A prestadora de serviços *Endowments* do Brasil, em parceria com a Bradesco Corretora, a BNY Mellon e a Aliança Empreendedora, é que projetou o fundo de captação como “ferra-

Alarde

O que preocupa no entanto, é que a parte realmente cara deste investimento — salários, infraestrutura para pesquisa científica e sua manutenção — não está ao alcance e ainda menos no escopo do setor privado. Em geral, o alarde em torno de recursos privados destinados diretamente para entes públicos busca legitimar iniciativas indevidas para atribuir a particulares poder de decisão sobre as finalidades das instituições supostamente apoiadas, para então colher benefícios de projetos específicos nelas desenvolvidos, o que tem se mostrado filão recompensador de ganhos privados a custos reduzidos, seja para empresas seja para servidores, das instituições envolvidas.

É justamente porque o ordenamento republicano estabelece que recursos públicos ou privados que ingressam nas instituições públicas são, e devem ser, *geridos segundo as normas públicas, para o devido controle e transparência*, que não raro surgem iniciativas “inovadoras” para permitir canais de financiamento privado sem a necessária transparência e sem a almejada clareza sobre a licitude de sua constituição, propósitos e operação.

São aspectos relacionados a estas questões que deveriam ter sido trazidos a público antes de sua implementação, no caso específico do *Endowment* da Poli, e que agora ainda mais precisam ser esclarecidos e analisados pela universidade. Os desencontros das manifestações dos protagonistas e a ausência de manifestação da Reitoria fazem crescer as incertezas quanto ao que, de fato, a iniciativa significa.

menta para preservar a autonomia e ampliar a capacidade de investimento” da Poli (segundo fundosocial.com.br).

Além disso, a indefinição do papel de Sotto-Maior permanece. Apontado por Cardoso ao *Informativo Adusp* como “um dos gestores” do EEP, mas autodenominando-se “colaborador”, Sotto-Maior foi apresentado pelo JN como “consultor”.

O *Informativo Adusp* procurou alguns docentes para que opinassem sobre o EEP. A maioria deles preferiu não comentar o assunto. A exceção foi o professor titular aposentado Eleutério Prado, da Faculdade de Economia e Administração da USP: “A Escola Politécnica mantém inevitavelmente relação com empresas já que produz tecnolo-

gias, o que, de alguma forma, as beneficia. Portanto, faz todo o sentido que ela receba dinheiro dessas empresas”, declarou. “Se é uma coisa intransparente, uma coisa gerida como se fosse uma empresa privada — aí sim está o problema. Tem que saber se a iniciativa é de caráter público ou de caráter privado, porque aí está o problema”, enfatizou.

Sem resposta

No dia 29/6, foram encaminhadas à Reitoria, por intermédio da assessoria de imprensa do reitor, perguntas sobre o EEP. Ficaram sem resposta até a data de fechamento desta edição as seguintes questões:

1) A Reitoria apoia a iniciativa?

2) O Conselho Universitário foi consultado sobre a criação do EEP?

3) É legal a criação de um fundo de captação de recursos privados e públicos na USP por decisão exclusiva do diretor de uma unidade de ensino, à revelia dos colegiados?

4) O diretor da EP, que é também diretor do *Endowment*, afirma que a unidade recebe recursos insuficientes para sua expansão. Levando-se em conta que a Escola Politécnica é uma das maiores unidades de ensino da USP e recebe expressivo montante de recursos orçamentários da universidade, que são recursos públicos, as outras unidades não se sentirão compelidas a criar seus próprios fundos de captação?

5) O fato de o diretor da Escola Politécnica ocupar concomitantemente o cargo de diretor do EEP não fere os princípios da legalidade do serviço público?

Carreira docente: falta de diálogo e de legitimidade prevalecem

No dia 28/6, o Conselho Universitário (Co) votou a regulamentação dos mecanismos de avaliação para progressão horizontal na carreira. Várias emendas e destaques foram apresentados ao texto original; e, com o acordo de que seriam discutidos em nova reunião, a proposta apresentada pela Reitoria foi à votação, tendo obtido 69 votos favoráveis, 14 contrários e 10 abstenções. O quórum de 2/3 dos membros do Co, necessário por se tratar de mudança do Estatuto, não foi atingido.

Durante o final de semana seguinte, circulou a versão eletrônica do *USP Destaques* 34, no qual a Reitoria apresentou sua versão de que a proposta de avaliação por meio de Comissão Central de Avaliação para Progressão na Carreira Docente (CCAD) e Comissões de Avaliação Setoriais (CAS) fora aprovada na

reunião em 28/6; e que nova reunião ocorreria em 5/7, na qual seriam votados os destaques apresentados na reunião anterior. O *USP Destaques* trouxe também proposta de sistematização das emendas que mereciam (!) ser votadas, elaborada pelo professor Wellington Delitti, presidente da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), e que incorporava a “quase totalidade dos destaques apresentados”. Entre os excluídos, um defendido pela Faculdade de Educação, que estipulava que as CAS fossem indicadas pelas unidades; e outro, apresentado pelo diretor do IME, que propunha que os professores associados, aprovados em concurso para titular nos últimos cinco anos, passassem automaticamente ao nível de Associado 3.

Na reunião de 5/7, questionado por alguns conselheiros

sobre a exclusão de várias emendas, o reitor manifestou que nem todas precisariam ser votadas. Queria votar o texto consolidado. Após alguns protestos, o Co deliberou, aprovando o encaminhamento do reitor, contra aquele que previa a votação de todos os destaques.

Artimanha

Em seguida o texto consolidado foi aprovado por 84 votos; obteve portanto mais de 2/3 dos votos. Surpresa? Nem tanto, considerando-se a composição do Co e a estrutura de poder vigente. Mas certas ponderações se impõem:

1. O Co votou em 28/6 com o compromisso de que todos os destaques seriam apreciados na reunião seguinte; a proposta então votada não obteve o quórum de 2/3; o texto publicado no *USP Destaques* excluía as emendas,

por considerar que contrariavam a proposta “aprovada” em 28/6. Pois bem: se a proposta votada em 28/6 não obteve 2/3 dos votos dos membros do Co, como poderia ser considerada aprovada? E como a Reitoria pode valer-se de tal alegação para excluir da votação seguinte emendas apresentadas por conselheiros e congregações na reunião de 28/6? Pior ainda, o que leva a maioria dos membros do Co a aceitar passivamente as manobras da Reitoria?

2. A proposta do texto consolidado, votada na reunião de 5/7, obteve mais de 2/3 dos votos dos membros do Co. Isso a torna legítima? A nosso ver, não. Todo o processo de discussão da dita “nova carreira” carece de legitimidade, quando não também de legalidade, tendo sido, desde o início, questionado judicialmente pela

Adusp, que sempre buscou uma discussão mais ampla e profunda acerca da concepção de carreira.

3. O reitor, quando candidato ao cargo, insistiu na necessidade do diálogo permanente e na possibilidade de construção de “consensos mínimos”, em torno dos quais se pudesse avançar. No processo de votação da nova carreira, tivemos uma amostra do que ele entende por “construção de consensos mínimos”: elimina por meio de artimanhas todas as propostas contrárias às suas — obtendo assim quase uma “unanimidade” em torno da proposta da Reitoria. Até quando toleraremos uma estrutura de poder que, para fazer valer procedimentos deste tipo, utiliza-se de um Co cuja composição sequer atende àquela prevista na LDB? A resposta cabe a todos nós.

Flávio Aguiar e suas “reminiscências do futuro”

“Decididamente, é um livro de reminiscências. Mas são reminiscências do futuro, ou seja: reminiscências do desejo de futuro”. Assim o autor de *Crônicas do Mundo ao Revés*, professor aposentado de literatura brasileira Flávio Aguiar, definiu essa obra que foi, quase toda, escrita no exterior, mais precisamente em Berlim, onde ele fixou residência desde 2007. Apresentado e discutido no Sarau da Adusp de 29/6, o livro tem como um de seus temas fortes o período ditatorial iniciado em 1964.

A dureza e amargura dos anos vividos sob a Ditadura Militar parece explicar a designação das quatro partes de *Crônicas do Mundo ao Revés*, que compreendem ao todo dezenove narrativas: Tempos Difíceis, histórias ficcionais com fundo real; Palavras Difíceis, narrativas deri-

vadas de determinados vocábulos, pronunciados ou não; Causos Difíceis, contos gauchescos; e Histórias Difíceis, casos reais.

O texto “Ai de ti, 64”, que abre a última parte, é uma homenagem ao tenente-coronel aviador Alfeu de Âlcantara Monteiro, assassinado por militares golpistas, em 1964, na Base Aérea de Canoas, que ele comandara anos antes. Na crise de 1961, quando os ministros militares tentaram impedir a posse de João Goulart na presidência (após a renúncia de Jânio Quadros), Alfeu aliou-se a Leonel Brizola e teve papel importante para evitar que Porto Alegre, centro da Rede da Legalidade, articulação pró-Jangô, fosse bombardeada por aviões da FAB. Desse modo, o tenente-coronel aviador tornou-se um dos “heróis da adolescência” do autor.

Enigmas

Três das histórias tratam da família de Flávio. “São histórias de imigrantes, de gente que nunca vou saber quem são, mas que fazem parte do universo narrativo oral de minha família”. Um personagem marcante é seu avô, Sebastião Wolf, exímio atirador que se tornou integrante da equipe brasileira nas Olimpíadas de Antuérpia, em 1920, nas quais conquistou medalha de bronze; e cujo padasto, também alemão, o notável cientista Hermann von Ihering, viveu e trabalhou no Rio Grande do Sul e chegou a ser diretor do Museu Paulista.

“Em todas as histórias existe uma questão central: o que não é narrado é tão importante quanto o que é narrado. Todas as narrativas conduzem mais a perguntas do que a respostas. Algumas perguntas não têm resposta e

permanecem como enigmas, e essa é a graça da coisa. A resposta é a própria capacidade de formular perguntas”, explicou Flávio sobre o livro.

No debate, o autor comentou que a distância (espacial e temporal) “traz uma espécie de *reminiscência da reminiscência*: certas cores ficam mais carregadas, e outras, que eram mais carregadas, ficam mais esmaecidas”. Ressaltou que, por sua condição de jornalista, correspondente de publicações brasileiras, continua muito ligado ao Brasil, embora escreva sobre outros países, e vê com otimismo a sobrevivência, aqui, do pensamento crítico.

Bolonha

“A esquerda, em muitos lugares da Europa, virou uma reserva ecológica, na Universidade, por exemplo. A Universidade europeia hoje é devastada por aquilo que se chama Pro-

Daniel Garcia



Flávio no Sarau de 29/6

cesso de Bolonha. É um processo pelo qual todas as grandes universidades da Europa passaram, que constituiu-se num grande consenso sobre a adequação das universidades europeias a padrões modernizantes, vamos chamar assim, o que significa enfiar goela abaixo os padrões norte-americanos de produtividade”.